

Olhares entre tempos: uma breve história da formação do território identidade da comunidade de Helvécia – BA

Renato Pasti¹

Resumo: O distrito de Helvécia localiza-se no município de Nova Viça – BA e em 2005 foi reconhecida como Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ). A certificação atraiu a atenção de pesquisadores que se debruçaram sobre os recortes etnográficos, linguísticos, territoriais e históricos de Helvécia. Nesse sentido, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com uma breve introdução sobre a história da formação dessa comunidade. A pesquisa pautou-se em levantamentos bibliográficos, documentais e nas memórias coletivas negras. A escrita desse artigo procurou dar evidência ao protagonismo negro na luta pela liberdade e acesso à terra. Como resultado, o trabalho evidenciou que a posse da terra se tornou condição historicamente fundamental para a construção dos projetos de liberdade, reprodução social e cultural da comunidade helvética.

Palavras-chave: Helvécia; Acesso à terra; Quilombo.

Looks between times: a brief history formation of the territory identity of the community of Helvécia - BA

Abstract: The district of Helvécia is located in the municipality of Nova Viça – BA and in 2005 was recognized as a Quilombola Remnant Community (CRQ). The certification attracted the attention of researchers who studied Helvécia's ethnographic, linguistic, territorial and historical aspects. In this sense, the present work aims to contribute with a brief introduction about the history of the formation of this community. The research was based on bibliographic and documental surveys and on black collective memories. The writing of this article sought to demonstrate the role of black people in the struggle for freedom and access to land. As a result, the work showed that land ownership has historically become a fundamental condition for the construction of projects for freedom, social and cultural reproduction of the quilombola community.

Keywords: Helvécia; Access to land; Quilombo.

Artigo recebido em 11/01/2021 e aceito em 19/05/2021

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

A emergência do recorte histórico/etnográfico

O distrito de Helvécia pertence ao município de Nova Viçosa e se localiza no território identidade do Extremo Sul da Bahia. Essa região, na segunda metade do século XX, mais especificamente durante a ditadura civil/militar brasileira, viu surgir e expandir a monocultura de eucalipto. O impacto degenerativo do agronegócio de celulose sobre as comunidades locais agitou as bases populares e impulsionou movimentos sociais de luta pela terra e as comunidades negras tradicionais, muitas delas posteriormente tituladas de Comunidades Remanescentes Quilombolas – CRQ^{II}. Nesse contexto, Helvécia figura entre as primeiras comunidades da região a lutar pela certificação e usar os dispositivos constitucionais de preservação de território e ancestralidade (artigo 68 no ADCT^{III}) para deter o avanço do cultivo de eucalipto sobre a comunidade. Em pauta, nessa região, esteve historicamente a luta pela terra como forma de manter a reprodução social e cultural de seus habitantes. O acesso à terra, portanto, representou e representa o acesso à liberdade e a autonomia de escolhas do destino do próprio trabalho.

A partir da certificação de Helvécia como uma CRQ, inúmeras pesquisas acadêmicas foram feitas no sentido de interpretar historicamente e culturalmente as origens do distrito. Nesse sentido, a história da formação da comunidade se tornou território de abordagem intelectual para fiar a compreensão dos limites étnico-geográficos do aquilombamento ocorrido em 2005.

Por fim, o texto que se segue apresenta um breve histórico do processo fundador da comunidade de Helvécia e as relações históricas da luta da população negra local pela liberdade e autonomia através da posse de terras. Para tal, o texto faz uso de relatos orais e fontes documentais escritas. As fontes documentais escritas que foram analisadas demandam sensibilidade crítica, pois representam o ponto de vista dos colonizadores, haja vista que são documentos formais de autos de processos, relatos de viagens, teses de doutoramento de colonos e demais documentos resultantes da burocracia dominante colonizadora, portanto, de perspectiva eurocêntrica.

Colonização suíço-alemã e a introdução da população negra africana e afro-brasileira em Helvécia

Apesar dos primeiros contatos dos portugueses com as terras americanas se darem no litoral sul baiano, as porções de terras do extremo sul se mantiveram pouco exploradas até a primeira metade do século XIX. No livro *Viagem ao Brasil nos Anos de 1815 a 1817*, o príncipe e naturalista Maximiliano Wied-Neuwied descreveu sua viagem à costa brasileira, catalogando o meio ambiente e descrevendo os povoamentos e as atividades comerciais nos esparsos povoados do litoral brasileiro do século XIX. Em passagem pela Vila Viçosa (comarca de Porto Seguro, região fronteira da Bahia, do Espírito Santo e de Minas Gerais), Maximiliano citou a diversidade étnico/racial, as atividades produtivas e vinculando-as à paisagem da foz do rio Peruípe. Em seu texto afirma:

A cinco léguas do Mucuri fica o rio Peruípe, antes de se atingir a ponta formada pela costa, a estrada se dirige a Vila de Viçosa. Aí perdemos o caminho e fomos para na bôca do Peruípe, onde encontrámos, empresas, cabanas de pescadores. Tivemos que voltar. Era pleno dia, quando, saído das capoeiras, entámos em um campo verdejante à margem do rio, e vimos, sob um encantador coqueiral, a Vila de Viçosa, formada por cêrca de 100 casa. Um edifício branco, destacando-se, pelo tamanho, das

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

construções acachapadas circunjacentes, se reconhecia logo como sendo a casa da “camara”, ou edifício real; dirigimo-nos para lá, e encontramos o “ouvidor” em companhia de dois capitães navais, José Trindade e Silveira José Manoel de Araújo, que, conforme disse, foram contratados pelo governo para fazer um levantamento astronomico desse litoral e organizar uma carta. O séquito do “ouvidor” era o mais misturado possível; pois, além de alguns portugueses e escravos negros, incluía-se dez ou doze jovens botocudos de Belmonte, e um rapaz machacali.^{IV}

A passagem revela a condição da colonização portuguesa por volta de 1815 e 1817, portanto, dois anos antes da formação da Colônia Leopoldina-Frankental e às margens do rio Peruípe. Neuwied afirma ainda que já havia empresas madeireiras na região e que boa parte da população era formada por indígenas, sendo que havia insegurança e guerras constantes derivadas da invasão portuguesa a essa costa. Entre os grupos indígenas que compunham a região estavam os Patachós, Botocudos, Maconis, Malalis, Capnechos, Cumachos. Neuwied afirma que na Vila Viçosa existiam negros em condição de escravidão. Isso indica que, já bem cedo, a colônia Leopoldina-Frankental poderia dispor de africanos/afro-brasileiros em condição de escravidão para as atividades agrícolas. É possível perceber que a proximidade com o modelo escravocrata, a facilidade do acesso ao tráfico negreiro e a introdução da lucrativa indústria cafeeira levou ao aumento significativo da população negra na região.

A fundação da Colônia Leopoldina-Frankental ocorreu em 1818, dois anos depois da passagem do príncipe Maximiliano pelas terras da Vila Viçosa. Não por acaso, um dos fundadores da colônia, Jorge Guilherme Freyreiss, foi acompanhante do príncipe hamburguês por essa região. As terras demonstravam fertilidade e tinham o rio Peruípe como via navegável para escoamento da produção na colônia^V.

Legalmente, a iniciativa de fundar colônias de povoamento^{VI} com migração europeia no Brasil está ligada ao decreto despachado por D. João VI. O decreto visou o estabelecimento da colonização de estrangeiros no Brasil, concedendo sesmarias com o intuito de fomentar a produção de gêneros alimentícios. Em decreto de 25 de novembro de 1808, D João VI

Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público, aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 25 de Novembro de 1808. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor^{VII}.

A princípio, tais colonizações deveriam ser formadas pelos núcleos de migrantes fixados em pequenas propriedades, onde o trabalho seria desenvolvido com mão de obra livre. O Decreto Real, de 1808, abriu precedentes para que em 1818 fosse fundada a Colônia Leopoldina-Frankental, a primeira colônia agrícola de migração europeia não-portuguesa do Brasil, idealizada, possivelmente, por Jorge Guilherme Freyreiss, que, em 1816, acompanhou o príncipe Maximiliano von Weid-Neuwied às paragens de Vila Viçosa^{VIII}. A colônia foi iniciada pelo cônsul hamburguês Pedro Peyckr e contava com co-fundadores^{IX}, entre eles, Freyreiss, Morhardt, Abrão Laughan, David Pache dentre outros, que seguiram o fluxo migratório colonial. Tudo indica que havia interesse de Estados alemães-suíços no

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

empreendimento, uma vez que existia fluxo migratório, levantamento de dados topográficos e naturais, além de uma significativa e crescente curiosidade pelos assuntos ligados à colônia. Esse fato tornou essa colonização amplamente documentada.

A colônia Leopoldina-Frankental foi fundada às margens do rio Peruípe, situada próxima à vila de Nova Viçosa, comarca de Porto Seguro, recebeu a alcunha de colônia Leopoldina em homenagem à imperatriz, esposa de D. Pedro I. Próximo à colônia Leopoldina foi fundada outra colônia que recebeu o nome de Frankental em homenagem à terra natal dos colonos que se fixaram naquele espaço. Entre as fazendas que compuseram a colônia de Leopoldina, havia as fazendas de João Martinho Flach, denominadas de Helvécia I e de Helvécia II, que deram origem ao distrito de Helvécia^{XXI}. A colônia Frankental representava uma porção menor de terras e, com o passar do tempo, foi englobada referencial e territorialmente pela colônia Leopoldina.

Segundo o médico e colono Carl August Tösler, as atividades iniciais da colonização, ou seja, as derrubadas da mata para plantio, foram empreendidas por mãos indígenas. Em sua tese *Die Colonie Leopoldina in Brasilien*, Tösler descreve as derrubadas da mata e os perigos relacionados ao corte das árvores. Ele diz que “depois disso, é fácil entender que inúmeros acidentes ocorrem nesse trabalho, especialmente se é realizado pelos índios, para o qual eles são excelentes e adequados, mas muito descuidados ao fazê-lo”^{XII XIII}. As descrições feitas pelo príncipe Maximiliano e por Tölsner apontam para o número significativo de indígenas no início da colonização, afirmando ainda que esses eram livres e assalariados, de modo que os primeiros escritos de 1818 já apontam a presença de pessoas escravizadas na região, contudo, não integrados diretamente à colônia.

A tentativa de colonizar a terra exclusivamente com mão de obra livre de migrantes europeus fracassou tão logo houve o falecimento de Freyreiss^{XIV} e a elevação dos preços do café no mercado internacional. Já em 1848, a colônia contava com 38 fazendas, povoada por 1.437 pessoas, sendo que 1.267 dessas eram negros em condição de escravidão.

Assim, em 1848, esta proporção era de 10 para 1, embora a proporção nas fazendas com grande número de escravos fosse bastante superior. No estabelecimento do suíço Johannes Martinus Flach, por exemplo, proporção era de 24 para 1, e havia 108 escravos.^{XV}

Ao que parece, a população indígena declinou nessa área concomitantemente à introdução do sistema escravocrata na produção. No entanto, isso não significa que eles tenham deixado as dependências da colônia, mas que não foram mais definidos racialmente pelos documentos que descreviam a sua demografia.

O grande volume de pessoas em condição de escravidão nesse espaço deveu-se à introdução da lavoura cafeeira e à ascensão da colônia Leopoldina como a maior produtora de café da província, ainda em meados do século XIX. Já em 1858, somavam-se 2000 pessoas nessa condição na colônia de Leopoldina. Os documentos referentes a esse período apontam que a maioria dessas pessoas eram de origem jêje, monjolo, cabinda, benguela e nagô^{XVI XVII}. Curiosamente, mesmo com o declínio do tráfico negreiro, ocasionado pela Lei Euzébio de Queiroz, em 1850^{XVIII}, a população negra escravizada continuou crescendo. Esse fato aponta para o crescimento vegetativo da população cativa por meio do estabelecimento de núcleos familiares^{XIX XX}. Os laços afetivos, familiares, formados ainda sob o julgo da escravidão, marcaram profundamente a relação da população negra daquele espaço. A formação de núcleos familiares poderia trazer acalento psicológico e emocional em uma ordem social racista. Se, sob uma perspectiva economicista, a existência de famílias escravizadas

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

representou a manutenção da disciplina para o trabalho, para as mulheres, homens e crianças subjugadas por esse regime, a formação de famílias representou certa autonomia. Esses espaços possibilitavam a manutenção das memórias, a reconstrução das identidades e, sobretudo, um local de resistência, florescimento e humanização da vida em contrariedade à lógica econômica desumanizante^{XXI}.

Se o café representou, inicialmente, o motivo econômico para a introdução massiva de pessoas em condição de escravidão na colônia de Leopoldina, posteriormente o território passou a ser ressemantizado e ressignificado segundo a subjetividade dos sujeitos que passaram a ocupar aquele espaço. O que antes era o lugar do cativo passou a ser, gradualmente, o território da memória ritualizada na vivência do trabalho em família, nos festejos, nos rituais dos terreiros, no de sepultamento dos mortos e em diversos locais onde as vidas construíram afeto.

Nas fazendas, além do café, plantavam-se gêneros de subsistência. A pequena agricultura praticada por famílias escravizadas criou, historicamente no Brasil, espaços de liberdade sem, contudo, ameaçar a estrutura do próprio sistema escravocrata^{XXII}. Na Colônia Leopoldina, a possibilidade de cultivo em pequenos roçados poderia garantir não só a melhoria da qualidade alimentar, como também permitia que a produção de excedentes pudesse ser comercializada. Além dos ganhos e do acúmulo de pecúlio, em si, o comércio também trazia outros benefícios. Essa atividade possibilitava a abertura de redes de informação e de sociabilidade, o que permita o contato e a mobilização de sujeitos dentro e fora do espaço das fazendas. Carmo cita os autos de um processo em que o senhor Rodriguez Manoel da Cruz, homem negro de sessenta anos, afirmou em testemunho “que foi liberto por seu dinheiro, por quanto com o proveniente de roça fez metade da quantia que deu para libertar-se”^{XXIII}. Os espaços de cultivo, assim como as relações familiares extensas, tiveram impacto importante na conquista da autonomia e na formulação dos projetos de liberdade para a população negra em Helvécia. Os elementos ligados à autonomia, ao acesso à terra e à formação de grupos familiares constituíram espaço de transmissão de memórias, ou dos fragmentos delas, que suportaram as agruras do cativo. Em consonância a essa perspectiva, Azevedo afirma que os “traços culturais africanos que atravessaram séculos resistindo ao tráfico, à máquina escravista e ao racismo, ficaram retidos na retina e na sensibilidade”^{XXIV}.

A terra como espaço de liberdade subsidiou o sustento e se tornou o lugar onde o afeto e a vida são ritualizados. Nesses espaços, as performances das identidades, o reavivamento das memórias e a coesão social vincaram o pertencimento à coletividade. Os traumas associados à diáspora africana e a reinvenção das relações socioculturais ancestrais, correlacionadas à imagem de um ambiente hostil para a existência desses sujeitos, imprimiram a necessidade das reinvenções narrativas. Desse modo, as danças, os cantos, os rituais religiosos, os laços familiares e as relações com o território se tornaram fragmentos reinventados para a recomposição dessas trajetórias de vida. Em outras palavras, aquelas manifestações se tornaram lugares de memória. Nora afirma que a formação desses lugares corresponde

A aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição ancestral, sob o impulso de um movimento histórico profundo. A ascensão da consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de uma coisa desde sempre começada.^{XXV}

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

Então a terra, assim como todos os demais signos e enunciados construídos sobre ela, condensa o conceito de território e de identidade, importantes para a reprodução da existência em suas dimensões materiais e imateriais mais significativas. Na prática:

Em torno dessas roças, os escravos reelaboravam os modos de vida autônomos e alternativos, forjando experiências profundas que marcaram o período do pós-emancipação. A organização social escrava em torno do sistema de roças, mais que se simplesmente reduzir a meras práticas econômicas, estava relacionada a importantes aspectos simbólicos e culturais do *modus vivendi* reinventado pelos cativos.^{XXVI}

Logo, a posse das terras poderia garantir tanto a autonomia, quanto à manutenção das relações sociais e dos vínculos familiares importantes para a sobrevivência dos sujeitos.

Em 1888 a abolição da escravidão levou à decadência os fazendeiros escravocratas da Fazenda Leopoldina. O desmantelamento das fazendas e a queda da produção de café se processou à medida que homens, mulheres e crianças, gradualmente, libertavam-se do cativeiro.

Para a Leopoldina representou esse decreto (libertação de escravos) o golpe mortal. Os emancipados abandonaram as propriedades rurais [...] vem a desorganização e a miséria. As grandes e prosperas fazendas de café decaem rapidamente. Os proprietários que possuem recursos repatriam-se, os menos aventureiros emigram para as cidades da Bahia e Rio de Janeiro, e a terra exuberante é abandonada por não existirem braços para colherem os frutos.^{XXVII}

Se para olhares economicistas e saudosos da escravidão, como o do governador da província da Bahia, o fim da escravidão representava miséria e desordem, para a população, que rompeu com os laços do cativeiro, a decadência dos grandes fazendeiros contrastava com os projetos de liberdade e a possibilidade de prosperidade com o acesso à terra. Contudo, a abolição não correspondeu à cidadania dos libertos, o que a torna inconclusa. Talvez por isso o canto “vovó não quer casca de coco no terreiro, para não lembrar do tempo do cativeiro” continue latente e ressonante nos terreiros da comunidade.

Com as fazendas abandonadas, as terras devolutas e a formação de parcerias entre ex-escravizados e os poucos fazendeiros que ainda se mantinham na localidade, houve a fixação da população local na terra.

Após a abolição, muitos dos ex-cativos permaneceram nas terras vizinhas às antigas plantações, praticando uma cultura de subsistência; no que foram sucedidos por seus descendentes. Já a vila de Helvécia passaria a viver em função da estação da ferrovia Bahia-Minas, inaugurada em 1897.^{XXVIII}

Em depoimento cedido por Regina Constantino, moradora do distrito de Helvécia, a posse das terras estava ligada, diretamente, à posse de espaços devolutos que foram divididos entre ex-cativos da colônia Leopoldina. Regina Constantino afirma

que muita gente possuía terra, aqui em Helvécia. É um fato assim que a gente não sabe nem explicar, como que os negros daqui de Helvécia conseguiram ter posse dessas terras, como que eles conseguiram, que eram cativos e depois da abolição, não sei como é que deu isso, aí. Muita gente. Meu avô fala que quem foi chegando primeiro foi marcando os pedaços: Isso é meu, isso é meu e foi tornando dono. Então tem muita gente que tem terra e assim plantava de tudo um pouco, né? Na época de feijão plantava feijão, época de abóbora plantava abóbora e nessa época também o clima

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

ajudava, então as pessoas viviam de uma certa forma bem, que pelo menos uma alimentação boa eles tinha... então assim, eram felizes, né? Eram felizes que faziam o que gostava de fazer.^{XXIX}

“Não sei como se deu isso”^{XXX} apresenta a lacuna entre as terras da antiga colônia e a posse das terras pelos novos proprietários remanescentes da condição de escravidão. A terra, sobretudo após a abolição, manteve-se como elemento ligado à autonomia e às diversas formas de liberdade. Em depoimento, Regina Constantino expressa uma sequência lógica da percepção relacional entre a terra e a liberdade, quando salienta que as terras foram demarcadas entre os próprios ex-cativos, que se apropriaram desse espaço e desenvolveram o plantio de gêneros de subsistência. Segundo a narrativa de Regina Constantino, ainda faltava muito para que houvesse boa qualidade de vida. Contudo, o acesso a lotes de terra representou o rompimento simbólico e prático com um dos símbolos do cativo, a precariedade alimentar. A posse das terras e as memórias se tornaram vínculos ambivalentes, garantindo as condições de sustento material e, por consequência, possibilitando a estabilidade familiar, relações sociais e práticas culturais que envolvem os indivíduos e o espaço.

Ainda em 1897, “a vila de Helvécia passaria a viver em função da fundação da ferrovia Bahia e Minas”^{XXXI}. O advento da ferrovia Bahia-Minas representou possibilidades de trabalho, deslocamento para outras regiões e também a extensão do comércio para outras comunidades interligadas pela estrada de ferro. O incremento das atividades comerciais vinculou-se à vivência da comunidade, implicando em importante dinâmica de circulação comercial e de subsistência. Por esse motivo, “esse distrito teve grande desenvolvimento em consequência da chegada à sua sede da Estrada de Ferro Bahia e Minas”^{XXXII}.

A ferrovia ligava, estrategicamente, o Nordeste de Minas Gerais ao litoral baiano de Caravelas, que era o porto de escoamento da produção mineira. Seus trilhos passaram pelas antigas fazendas do suíço Johannes Martinus Flach, Helvécia^{XXXIII} I e II, onde foi fundada a estação ferroviária.

Por força de lei, seguindo o projeto de abertura viária, o governo federal desativou a malha ferroviária Bahia-Minas em 1966. Essa ação impactou significativamente na economia da comunidade. Segundo Giffoni, a desativação da ferrovia ocorreu por motivos da “importância estratégica os corredores de exportação de minérios e grãos, desconsiderando os mercados regionais e suas importâncias sociais”^{XXXIV}.

Da estrada de ferro Bahia-Minas, em Helvécia, restaram a estação ferroviária do quilômetro 74 e as memórias e representações de outros tempos encarnadas nas paredes daquele espaço.

Com a desativação da ferrovia, em 1966, a comunidade de Helvécia deixou de ser o centro comercial para onde convergiam e passavam o escoamento das produções. Logo, não é estranho que, com a desativação da ferrovia, os preços das terras decaíssem, afetando sobretudo as atividades comerciais e os que viviam do trabalho gerado pela ferrovia. Por consequência, nos anos que se seguiram, os produtos cultivados pelo pequeno campesinato local tiveram as feiras das cidades circunvizinhas como seus destinos. A ferrovia significou expansão das atividades comerciais na comunidade, assim como novas possibilidades de subsistência e autonomia econômica.

Nos anos que sucederam o declínio da estrada de ferro *Bahia e Minas* e com advento do agronegócio de eucalipto, o acesso à terra manteve-se como importante fundamento de autonomia e liberdade. A indústria de celulose adquiriu inúmeras terras na região, forçando o êxodo rural de parte da população, rompendo laços de sociabilidade e enfraquecendo o fazer cultural tradicional do distrito. A constituição de 1988 e o ADCT 68, nesse contexto, abriu

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

caminhos para o enfrentamento ao avanço do grande capital. A certificação de Helvécia como CRQ trouxe novas demandas, sobretudo no que corresponde ao agenciamento da memória coletiva e das tradições culturais como via de sustentação do movimento dos aquilombados. A certificação tornou-se elemento de poder, forçando com que a indústria de celulose se sentasse à mesa de negociação e garantisse alguns poucos benefícios para a comunidade. O reconhecimento também permitiu que outras comunidades da região reivindicassem o título de CRQ, revisitando suas memórias, reorientando a interpretação sobre seus fazeres culturais e viabilizando espaços de enfrentamento ao avanço indiscriminado do agronegócio de celulose.

Na base da luta pela existência da comunidade quilombola helvética estão o sentido de pertencimento territorial e a manutenção das memórias coletivas e dos fazeres culturais tradicionais. Ou seja, o desafio que confronta os aquilombados está ligado à mobilização incessante das identidades.

Notas

^I Mestre em relações étnico-raciais pela UFSB. O presente artigo é parte integral da dissertação intitulada e “AS MEMÓRIAS AUTOBIOGRÁFICAS DAS FUNDADORAS DA AQH E A (RE)CONTRUÇÃO DO DISCURSO DE AQUILOMBAMENTO” defendida em dezembro de 2019 ao PPGER/UFSB, campus Paulo Freire.

^{II} KOOPMANS, José. Além do eucalipto: o papel do extremo sul. Caderno CEAS: Revista crítica de humanidades. n. 222. p. 45 – 58. 2006. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/180/160> acessado em: 03 de janeiro de 2021.

^{III} Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Brasil, 1988).

^{IV} NEUWIED, Maximiliano A. P. W. Viagem ao Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, Série 5, Vol. 1, 1940.

^V OBERACKER JR, Carlos H.. Jorge Antonio Von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Metrópole, 1975.

^{VI} Por volta de 1840, os projetos branqueadores já despontavam em textos como o texto de Von Martius intitulado de *Como se deve escrever a história da Brasil*. O texto expressa que o processo de eugenia ocorreria naturalmente, pois, segundo ele, a população branca absorveria e biologicamente suplantaria a biologia negra e indígena. Se o sentido da doação de terras tem como princípio expresso o viés econômico, certamente, o modelo empregado, ou seja, o de colonização europeia, corrobora com o processo de branqueamento racial, intelectual e cultural do Brasil.

^{VII} http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_48/dim251808.htm, in Brasil Leis etc. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 166.

^{VIII} OBERACKER JR, Carlos H.. Jorge Antonio Von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Metrópole, 1975.

^{IX} Alguns deles produziram trabalhos acadêmicos sobre a região com intuito de catalogar, analisar e descrever as práticas de plantio, doenças tropicais e os modos de colonização da colônia Leopoldina. Alguns desses documentos estão dispostos na web em arquivos digitalizados.

^X Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=VI_qesF2H0U> acesso em 24/07/2019.

^{XI} OBERACKER JR, Carlos H.. Jorge Antonio Von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Metrópole, 1975.

^{XII} Tradução livre de: “Hiernach ist es leicht begreiflich, dass zahlreiche Unglücksfälle bei dieser Arbeit vorkommen, zumal enn ieselbe von Indianern verrichtet wird, welche, wenn sie sich auch vorzüglich dazu eignen, doch zu nvorsichtig dabei verfahren.”

^{XIII} TÖLSNER, Carl A. Die Colonie Leopoldina in Brasilien. Inalgural dissertation, Univ. Buchdruckerei, Göttingen, 1858.

^{XIV} Foi o primeiro administrador e co-fundador da colônia.

^{XV} BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>>
Acessado em 09 de Janeiro de 2021.

^{XVI} LYRA, Henrique J. B. Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 1982. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_colonos_e_colonias_uma_avaliacao_das_experiencias_de_coloni_zacao_agricola_na_bahia_na_segunda_metade_do_sec_xix.pdf > Acessado 09 de janeiro de 2021.

^{XVII} SANTANA, Gean, Paulo, Gonçalves. Vozes e versos quilombolas uma poética identitária em Helvécia. Tese de doutorado interdisciplinar, Programa de pós-graduação em estudos e linguagens, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/6870/1/000462117-Texto%2bCompleto-0.pdf>> Acessado em 09 de janeiro de 2021.

^{XVIII} A referida Lei de 1850 outorgava o fim do tráfico negreiro no Atlântico Sul. De certa forma, significava que a escravidão ainda se manteria, mas não por muito tempo.

^{XIX} LYRA, Henrique J. B. Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 1982. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_colonos_e_colonias_uma_avaliacao_das_experiencias_de_coloni_zacao_agricola_na_bahia_na_segunda_metade_do_sec_xix.pdf > Acessado 09 de janeiro de 2021.

^{XX} CARMO, Alane F. Colonização e escravidão na Bahia: A colônia de Leopoldina (1850 –1888). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA. Salvador, p. 139, 2010. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_colonizacao_e_escravidao_na_bahia_a_colonia_leopoldina_1850-1888.pdf> acessado em 09 de janeiro de 2021.

^{XXI} SLENES, Robert Wayne. Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed.corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

^{XXII} CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.

^{XXIII} CARMO, Alane F. Colonização e escravidão na Bahia: A colônia de Leopoldina (1850 –1888). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA. Salvador, p. 139, 2010. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_colonizacao_e_escravidao_na_bahia_a_colonia_leopoldina_1850-1888.pdf> acessado em 09 de janeiro de 2021.

^{XXIV} AZEVEDO, Amaílton M. Samba: um ritmo negro de resistência. Revista do instituto de Estudo Brasileiros, n. 70, p. 44 – 58, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n70/2316-901X-rieb-70-00044.pdf> > Acessado em 09 de janeiro de 2021.

^{XXV} NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória. Proj. História, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> acessado em 09 de janeiro de 2021.

^{XXVI} GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2017.

^{XXVII} LYRA, Henrique J. B. Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 1982. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_colonos_e_colonias_uma_avaliacao_das_experiencias_de_coloni_zacao_agricola_na_bahia_na_segunda_metade_do_sec_xix.pdf > Acessado 09 de janeiro de 2021.

^{XXVIII} BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>> Acessado em 09 de Janeiro de 2021.

^{XXIX} GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. Helvécia: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005). Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-115738/helvécia---homens-mulheres-e-eucaliptos-1980-2005>> Acessado em 09 de janeiro de 2021.

^{XXX} Ibidem.

^{XXXI} BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:< <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>> Acessado em 09 de Janeiro de 2021.

^{XXXII} BRASIL, IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – RJ. V. XXI, p. 55, 1959.

^{XXXIII} Da potencial atividade comercial, venda de produtos e fonte de emprego, a estação ferroviária principiou Boletim Historiar, vol. 08, n. 02, Abr./Jun. 2021, p. 48-58 | <https://seer.ufs.br/index.php/historiar>

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

um processo de urbanização, que coadunou com a formação do distrito de Helvécia. A lógica desse processo está marcada pela organização das casas.

XXXIV GIFFONI, José M. S. *Trilhos arrancados: História da estrada de ferro Bahia Minas*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

Referências

AZEVEDO, Amailton M. **Samba: um ritmo negro de resistência**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 70, p. 44 – 58, 2018.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante; RIBEIRO, Ilza. **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – RJ**. V. XXI, p. 55, 1959.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARMO, Alane F. **Colonização e escravidão na Bahia: A colônia de Leopoldina (1850 – 1888)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA. Salvador, p. 139, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2017.

GOMES, Liliane Maria Fernandes Cordeiro. **Helvécia: homens, mulheres e eucaliptos (1980-2005)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

História de Helvécia com Gilsineth Silva (Netinha) Maria Aparecida (Tidinha). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V1_qesF2H0U>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

GIFFONI, José M. S. **Trilhos arrancados: História da estrada de ferro Bahia Minas**. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

KOOPMANS, José. **Além do eucalipto: o papel do extremo sul**. Caderno CEAS: Revista crítica de humanidades. n. 222. p. 45 – 58. 2006.

LYRA, Henrique J. B. **Colonos e Colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do séc. XIX**. Dissertação de mestrado – UFBA. Salvador, 1982.

NEUWIED, Maximiliano A. P. W. **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, Série 5, Vol. 1, 1940.

Boletim Historiar, vol. 08, n. 02, Abr./Jun. 2021, p. 48-58 | <https://seer.ufs.br/index.php/historiar>

OLHARES ENTRE TEMPOS: UMA BREVE HISTÓRIA FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO IDENTIDADE DA COMUNIDADE DE HELVÉCIA – BA

RENATO PASTI

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** a problemática dos lugares de memória. Proj. História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OBERACKER JR, Carlos H. **Jorge Antonio Von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil.** Porto Alegre: Metrópole, 1975.

PEDREIRA, Márcia da Silva. **Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural:** o caso da região do Extremo Sul baiano. Bahia Análise e Dados: Agro baiano. Salvador, v. 13, n. 4, mar. 2004.

SANTANA, Gean, Paulo, Gonçalves. **Vozes e versos quilombolas** uma poética identitária em Helvécia. Tese de doutorado interdisciplinar, Programa de pós-graduação em estudos e linguagens, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

SLENES, Robert Wayne. **Na senzala, uma flor** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª ed.corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

TÖLSNER, Carl A. **Die Colonie Leopoldina in Brasilien.** Inaugural dissertation, Univ. Buchdruckerei, Göttingen, 1858.